



LOJA SOLIDÁRIA

REGULAMENTO INTERNO

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Âmbito e denominação

1. A Loja Solidária é um serviço da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), localizado na Avenida Conde Sieuve de Meneses, concelho de Angra do Heroísmo.
2. A Loja Solidária destina-se à recolha de donativos diversos e cedência dos mesmos a indivíduos e/ou famílias comprovadamente carenciados.

Artigo 2º

Objetivos

1. A Loja Solidária tem como objetivos:
 - a) Contribuir para a melhoria das condições de vida de indivíduos e/ou famílias em situações de vulnerabilidade sócioeconómica.
 - b) Potenciar o envolvimento da comunidade local, empresas e instituições na angariação de bens.
 - c) Envolver entidades parceiras na identificação e encaminhamento de situações de carência para a Loja Solidária.
 - d) Sensibilizar para a importância da reutilização de bens e rentabilização de recursos, bem como para a promoção de práticas de sustentabilidade e de responsabilidade coletiva.

Artigo 3º

Tipologia de Artigos

2. A Loja Solidária recolhe donativos diversos, a saber:

LOJA SOLIDÁRIA

- a) vestuário;
- b) calçado;
- c) acessórios (malas, cintos, bijuteria,...);
- d) brinquedos;
- e) livros;
- f) têxteis/Lar (cobertores, lençóis, tapetes, ...);
- g) outros;
- h) pontualmente, a Loja poderá dispor de bens alimentares, para fazer face a situações de emergência.

Capítulo II

Organização e Funcionamento

Artigo 4º

Recolha de Donativos

1. Os donativos poderão ser entregues na Loja Solidária ou, em alternativa, na Portaria do Lar de Idosos.
2. No ato da entrega do donativo, o doador deverá deixar indicação do nome e contatos (morada e telefone).
3. Ao longo do ano, poderão surgir campanhas para angariação de vestuário, de bens diversos e/ou de géneros alimentares.

Artigo 5º

Condições de Cedência dos Artigos

1. A Loja Solidária cede, mediante o pagamento de quantia simbólica, vestuário e demais artigos, a indivíduos e/ou famílias comprovadamente carenciados.
2. Entendem-se por indivíduos ou famílias carenciados aqueles cujo rendimento mensal *per capita*, seja igual ou inferior a 300.00€, aquando da avaliação social de cada situação.

LOJA SOLIDÁRIA

3. Os indivíduos e/ou famílias interessados deverão contactar a Educadora Social da Instituição, sendo por esta encaminhados para a Loja Solidária, após averiguação e confirmação da respetiva situação de carência. Para esse efeito, os interessados deverão fazer-se acompanhar dos seguintes documentos:
 - a) Cartão de cidadão ou BI e NIF.
 - b) Cartão de beneficiário da Segurança Social.
 - c) Comprovativos dos rendimentos do agregado familiar (vencimentos, pensões, abonos, subsídios).
 - d) Documentos de identificação de todos os elementos do agregado familiar.
 - e) Recibos de despesas mensais fixas (renda, água, luz, gás e despesas de saúde, em caso de doença crónica).
 - f) Declaração da Agência para a Qualificação e Emprego que ateste a situação de desemprego (se aplicável).
4. As situações de carência económica grave, cujo rendimento *per capita* seja igual ou inferior a 150.00€, estarão isentas do pagamento simbólico em vigor e serão sinalizadas pela Técnica da Instituição.
5. O apoio da Loja Solidária é tendencialmente pontual e transitório, não devendo acontecer mais do que uma vez por mês.
6. Em regra, cada entrega mensal estará limitada a um máximo de 8 peças de vestuário, mais 2 de cada um dos outros tipos de artigos, por cada elemento do agregado familiar.
7. Sempre que ocorrerem alterações no agregado familiar e nos rendimentos e/ou despesas, os utilizadores deverão ser comunicadas à Técnica responsável, para revisão/actualização da avaliação social anteriormente realizada.

Artigo 6º

Horário de Funcionamento

1. O horário de funcionamento da Loja Solidária deverá ser afixado em local visível podendo ser alterado sempre que se justifique.

LOJA SOLIDÁRIA

Artigo 7º

Responsável

- 1.** A Loja Solidária ficará sob a responsabilidade de funcionário designado para o efeito, orientado por técnico superior da Instituição.
- 2.** Ao responsável pela Loja Solidária competirá:
 - a) Receber e registar, em documento próprio, e de modo discriminado, os artigos recebidos, por peça e por tipo de artigo, bem como o nome e contato do doador.
 - b) Registar o nome do beneficiário e número de artigos levantadas por mês, na ficha de Registo de Utilizadores.
 - c) Encaminhar para a Lavandaria da Instituição, sempre que necessário, o vestuário recebido para que seja tratado.
 - d) Organizar e acondicionar adequadamente os artigos doados no espaço da Loja Solidária, expondo-os artigos por tipo e por tamanhos.
 - e) Registar a informação relativa às entradas e saídas dos artigos.
 - f) Assegurar a manutenção e a organização do espaço da Loja Solidária.

Capítulo II

Direitos e Deveres dos Utilizadores

Artigo 8º

Direitos dos Utilizadores

- 1.** Os utilizadores têm direito a:
 - a) escolher as peças/artigos de que necessitam, de acordo com os limites estabelecidos no artigo 5º.
 - b) ser tratados com correção e cordialidade;
 - c) ser informados sobre eventuais alterações a este Regulamento.

LOJA SOLIDÁRIA

Artigo 9º

Deveres dos Utilizadores

1. Os utilizadores devem:

- a) evitar produzir ruídos, no interior da Loja, que perturbem os demais utilizadores;
- b) evitar perturbar, de qualquer forma, o funcionamento da Loja Solidária;
- c) permanecer no espaço apenas o tempo necessário para proceder à escolha e ao levantamento das peças/artigos de que necessitam;
- d) evitar ter comportamentos que prejudiquem o bem-estar ou coloquem em risco a segurança do espaço ou dos restantes utilizadores;
- e) manter o espaço arrumado;
- f) solicitar apoio ao funcionário da Loja, sempre que necessário;
- g) não fumar na Loja;
- h) não se fazer acompanhar por animais;
- i) cumprir o presente Regulamento.

Capítulo III

Direitos e Deveres da SCMAH

Artigo 10º

Direitos da SCMAH

- 1. Exigir o cumprimento do presente Regulamento.
- 2. Alterar o presente Regulamento sempre que se justifique.

Artigo 11º

Deveres da SCMAH

- 1. Assegurar a manutenção do espaço entre e durante as várias utilizações, mantendo-o em condições de higiene e segurança.

LOJA SOLIDÁRIA

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 12º

Indemnizações

1. O uso danoso deste espaço conduzirá à indemnização à SCMAH pelos prejuízos causados nas instalações e equipamentos.

Artigo 13º

Omissões

1. As situações não previstas no presente regulamento serão resolvidas por despacho da Mesa Administrativa.

O Presente Regulamento foi aprovado, em Reunião da Mesa Administrativa, a 03 de outubro de 2016.

O Provedor,



António Bento Fraga Barcelos